

RECURSO ESPECIAL Nº 1.743.583 - CE (2018/0124511-5)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : EDUARDO MENESCAL E OUTRO(S) - CE016996
RECORRIDO : MATEUS SALES FERNANDES
ADVOGADO : MATEUS SALES FERNANDES (EM CAUSA PRÓPRIA) - CE026005

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO CEARÁ, com fulcro na alínea “a” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assim ementado (e-STJ fls. 140/142):

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DEVIDOS AO ADVOGADO DATIVO. DEVER DO ESTADO PRESTAR ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA. ART. 5º, INCISO LXXIV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

I. A questão em tela cinge-se em verificar se são devidos pelo Estado do Ceará o pagamento de honorários advocatícios ao ora apelado, haja vista que este funcionou com advogado dativo no processo de nº 4740-90.2012.8.06.06.0178, tendo em vista a ausência de Defensor Público na Comarca de Uruburetama.

II. Ora, o fato de existirem Varas da Fazenda Pública apenas nas Capitais dos Estados Membros, por conveniência do Código de Organização Judiciária do Estado, não implica no deslocamento de todas as ações ajuizadas em face do Estado para as capitais. Com efeito, é salutar registrar que o Superior Tribunal de Justiça já assentou entendimento de que os Estados podem ser acionados em qualquer comarca do seu território.

III. De acordo com o art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, é obrigação do Estado, com o fim de assegurar a todo o cidadão o acesso ao judiciário, assistir aos comprovadamente hipossuficientes na defesa de seus interesses em juízo. Para cumprimento desta garantia fundamental, faz-se mister que o Estado providencie sempre a presença de Defensores Públicos nas Comarcas do interior, bem como toda uma estrutura para atendimento dos hipossuficientes. Ora, no momento em que os Defensores Públicos anunciaram por meio de ofício a greve, era dever do Estado do Ceará, como garantidor do acesso à justiça aos hipossuficientes, disponibilizar nas Comarcas do Ceará a presença de advogados para a defesa dos mais necessitados.

IV. Outrossim, merece ser destacado que a contratação do Advogado Dativo no presente caso foi ocasionada por culpa única e exclusiva do Estado do Ceará que, por inércia no cumprimento de seus deveres constitucionais, olvida de realizar certames para a contratação de Defensores Públicos, deixando quase todas as Comarcas do Estado do Ceará à mercê de Advogados dativos e a população impedida de buscar a justiça. Neste esteio, dúvidas não restam de que, a partir do instante em que o Advogado dativo é instado a atuar em ação judicial que deveria ter atuado Defensor Público, incumbe exclusivamente ao Estado, como meio de ressarcimento pelo trabalho que a ele competia, o pagamento dos honorários sucumbenciais devidos.

V. Pelas alegações arguidas pelo Estado do Ceará, depreende-se que este,

além de não cumprir seus deveres constitucionais, ainda cria impedimentos para que profissionais, dispostos a garantir o acesso à justiça à população, auxiliem no andamento das demandas judiciais. Enquanto houver omissão do Estado, o Poder Judiciário pode e deve intervir. Desse modo, no momento em que ausentes Defensores Públicos no interior do Estado, seja por conta de greve ou por falta de aparelhamento desta Instituição na Comarca, torna obrigatória a nomeação de advogados dativos por parte do Judiciário, seja pelo Juiz da Comarca ou pelo Conciliador nomeado por este, como forma de permitir o acesso dos mais pobres à justiça.

VI. Com efeito, entendo que a remuneração do profissional que atua na causa deve ser digna, de forma a representar a valorização do trabalho desempenhado no processo. Sendo assim, a fixação dos honorários advocatícios em valor ínfimo não condiz com a finalidade da lei processual, que é a de retribuir justa e dignamente os serviços prestados pelo advogado. No caso em tela, considerando a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado pelo recorrido, entendo que se revelou razoável a quantia de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois) reais arbitrada pelo Juiz.

VII. APELAÇÃO CONHECIDA, MAS DESPROVIDA

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 157/172).

Nas suas razões, a parte recorrente aponta violação dos seguintes dispositivos legais:

(I) art. 20 do CPC/1973 e defende que os honorários foram fixados em patamar excessivo.

(II) art. 263 do Código de Processo Penal e sustenta que o defensor dativo não pode ser nomeado pelo conciliador, de forma que deve ser reconhecida a nulidade da execução (e-STJ fl. 178);

(III) art. 265, § 1º, do Código de Processo Penal e argumenta que não era caso de nomeação de defensor dativo, pois "a Defensoria informou com antecedência a impossibilidade de realização do ato processual" (e-STJ fl. 177);

(IV) art. 475-N do CPC/1973 e aduz que "a sentença penal condenatória constitui título executivo judicial, apto a embasar processo de execução, desde que já tenha se operado seu trânsito em julgado, o que não foi comprovado pelo exequente" (e-STJ fl. 179).

Decurso do prazo para contrarrazões *in albis* (e-STJ fl. 185).

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 187/189).

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ).

Isso considerado, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

No que diz respeito às teses da impossibilidade de nomeação de defensor dativo por conciliador, da necessidade de adiamento da audiência e acerca da validade do título, assim se manifestou o Tribunal de origem (e-STJ fls. 129/138):

Prosseguindo na análise das alegativas do recorrente, observa-se que este afirma que a execução deve ser anulada, tendo em vista a nulidade formal em que incorreu a nomeação e atuação do advogado dativo por violação da regra do art. 265, § 1º do Código de Processo Penal.

Com efeito, dispõe o referido dispositivo:

“Art. 265. O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 1º A audiência poderá ser adiada se, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer.

§ 2º Incumbe ao defensor provar o impedimento até a abertura da audiência. Não o fazendo, o juiz não determinará o adiamento de ato algum do processo, devendo nomear defensor substituto, ainda que provisoriamente ou só para o efeito do ato.” **No caso em tela, consoante se observa pelo termo de audiência localizados às fls. 06 dos autos, não compareceu a audiência nenhum Defensor Público por conta de movimento paredista. Tal greve geral foi informado ao juízo por meio do ofício de nº 439/12.**

Por sua vez, alega o Estado do Ceará que no presente caso não está presente nenhuma situação que justificasse a imediata realização da audiência ou que impedisse o adiamento.

Ademais, sustenta que “No caso, deixar de aplicar a regra do art. 265, § 1º, do Código de Processo Penal por ocasião da comunicação prévia feita pela Defensora e nomear advogado dativo significou atitude precipitada e equivocada (...)” Inicialmente, é salutar registrar que a Constituição Federal, no seu art. 5º, inciso LXXIV, assegura que:

“LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;”

De acordo no aludido dispositivo, é obrigação do Estado, com o fim de assegurar a todo o cidadão o acesso ao judiciário, assistir aos comprovadamente hipossuficientes na defesa de seus interesses em juízo.

Para cumprimento desta garantia fundamental, faz-se mister que o Estado providencie sempre a presença de Defensores Públicos nas Comarcas do interior, bem como toda uma estrutura para atendimento dos hipossuficientes.

Ora, no momento em que os Defensores Públicos anunciaram por meio de ofício a greve, era dever do Estado do Ceará, como garantidor do acesso à justiça aos hipossuficientes, disponibilizar nas Comarcas do Ceará a presença de advogados para a defesa dos mais necessitados.

Outrossim, merece ser destacado que a contratação do Advogado Dativo no presente caso foi ocasionada por culpa única e exclusiva do Estado do Ceará que, por inércia no cumprimento de seus deveres constitucionais, olvida de realizar certames para a contratação de Defensores Públicos, deixando quase todas as Comarcas do Estado do Ceará à mercê de Advogados dativos e a população impedida de buscar a justiça.

O Estado do Ceará, ao invés de reclamar pela atuação do Advogado Dativo e não querer pagar por seus honorários de sucumbência, deveria agradecer a este pela atuação em favor dos hipossuficientes e por cumprir o dever de acesso à justiça consagrado constitucionalmente. Este dever, inclusive, é do Estado, conforme preceitua a própria Carta Magna.

Nesse esteio, dúvidas não restam de que, a partir do instante em que o Advogado dativo é instado a atuar em ação judicial que deveria ter atuado Defensor Público, incumbe exclusivamente ao Estado, como meio de ressarcimento pelo trabalho que a ele competia, o pagamento dos honorários sucumbenciais devidos.

[...]

Continuando nas alegações levantados pelo Estado do Ceará em sede de apelação, observa-se que este alega que a execução é nula pelo fato do Advogado Dativo ter sido nomeado por Conciliador.

De fato, como bem alega o apelante, foi o Conciliador Décio Julião Xavier de Sousa, nomeado pelo Juiz na forma da portaria 03/2012, que nomeou o Defensor Dativo, ora apelado, tendo em vista a ausência de Defensor Público na Comarca naquele momento.

Não entendo que a referida nomeação se reveste de nulidade, eis que o Conciliador, designado pelo próprio Magistrado da Comarca de Uruburetama, agiu dentro dos limites de sua atuação ao fazer cumprir a garantia constitucional do acesso à justiça a parte.

Ora, não se pode considerar a referida nomeação como uma decisão strictu sensu, como alega o apelante, mas sim como um ato procedimental necessário à realização da audiência de conciliação, eis que sem a presença do advogado dativo para fazer a defesa da autora do fato a audiência não se realizaria.

Pelas alegações arguidas pelo Estado do Ceará, depreende-se que este, além de não cumprir seus deveres constitucionais, ainda cria impedimentos para que profissionais, dispostos a garantir o acesso da população à justiça, auxiliem no andamento das demandas judiciais.

Enquanto houver omissão do Estado, o Poder Judiciário pode e deve intervir.

Desse modo, no momento em que ausentes Defensores Públicos no interior do Estado, seja por conta de greve ou por falta de aparelhamento desta Instituição na Comarca, torna obrigatória a nomeação de advogados dativos por parte do Judiciário, seja pelo Juiz da Comarca ou pelo Conciliador nomeado por este, como meio de permitir o acesso dos mais pobres à justiça.

Ultrapassadas tais alegações, vê-se que, ainda, alega o Estado do Ceará que a execução é nula pela não comprovação do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Analisando a aludida sentença (fls. 07), vê-se que o douto Magistrado da Comarca de Uruburetama homologou a transação celebrada entre as partes, oportunidade em que aplicou ao autor do fato a pena pecuniária no valor de 01 (um) salário mínimo e determinou o arquivamento dos autos, independente do trânsito em julgado.

A transação penal, conforme o art. 76 da Lei nº 9.099/95, ocorrerá entre o Promotor e o autor do fato e consiste na faculdade daquele dispor da ação penal, isto é, de não promovê-la sob certas condições.

Com efeito, cumpre destacar que **a sentença que homologa a transação penal, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não gera a coisa julgada material**, senão vejamos:

[...]

Logo, não se mostra razoável e proporcional que o ora apelado aguarde todo o cumprimento da proposta para requerer seus honorários sucumbenciais, eis que a partir da homologação da transação celebrada entre as partes, encerrou suas atividades, vez que os autos foram arquivados.

Aduz o recorrente que a referida decisão pode ainda estar sendo objeto de recurso.

Ora, consoante já salientado alhures, a proposta de transação penal foi feita pelo representante do Ministério Público, de modo que **não há que se falar em uma possível interposição de recurso, já que o próprio Promotor, diante do preenchimento dos requisitos dispostos no art. 76 da lei 9.099/95, optou**

pelo arquivamento dos autos.

Desse modo, não há que se falar em nulidade da execução, porquanto a **sentença que homologa a transação penal e determina o arquivamento dos autos mostra-se suficiente para embasar a execução promovida pelo recorrido.**

No que tange à alegação de que a fixação de honorários a serem pagos pela Fazenda Pública Estadual sem prévia intimação e participação do Ente Público mostra-se nula, também não merece procedência.

Conforme já foi registrado, tanto os Tribunais Pátrios como o Superior Tribunal de Justiça seguem o entendimento de que cabe ao Estado pagar os honorários fixados pelo Juiz ao advogado dativo nomeado.

Em nenhum caso se exige a presença do Estado, eis que este não é parte na pretensa causa. A sua condenação em honorários sucumbenciais deve-se ao fato de não ter cumprido a garantia constitucional de acesso à justiça.

A presente alegação mostra-se totalmente descabida, porquanto o Advogado Dativo, funcionando no lugar que deveria ser ocupado por Defensor Público, atua como se funcionário do Estado fosse, de modo que este não pode se locupletar de serviço gratuito de tal profissional sob pena de se configurar enriquecimento ilícito. Não faz sentido algum trazer o Estado do Ceará como parte em um termo circunstanciado de ocorrência apenas porque está sendo condenado a pagar honorários sucumbenciais ao advogado dativo. Aliás, cumpre ressaltar, mais uma vez, que o pagamento dos discutidos honorários sucumbenciais é dever constitucional do Estado.

Portanto, prescindível a participação do Estado do Ceará no pretenso caso. (grifos acrescidos)

A leitura das razões recursais demonstram que o recorrente não infirmou, de forma específica, os fundamentos suficientes destacados, utilizados pelo Tribunal de origem, no sentido de que: (a) o defensor dativo foi designado pelo conciliador regulamentemente nomeado pelo magistrado da Comarca de Uruburetama; (b) não se mostra viável o adiamento de audiência por greve geral ou falta de aparelhamento da Defensoria Pública, bem como inexistiu prejuízo processual para qualquer das partes pela nomeação de defensor dativo; e (c) a interpretação da Lei n. 9.099/95 demonstra que a sentença que homologa a transação penal e determina o arquivamento dos autos mostra-se suficiente para embasar a execução promovida pelo recorrido.

Assim, incide, na espécie, a Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"), por analogia.

Leia-se, a propósito, a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. OPÇÃO PELO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE. EXECUÇÃO DAS PARCELAS DO BENEFÍCIO POSTULADO NA VIA JUDICIAL ATÉ A DATA DA IMPLANTAÇÃO ADMINISTRATIVA. SÚMULA 568/STJ. INCIDÊNCIA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

[...]

II - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal. [...]

VIII - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1743597/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 30/08/2018)

Por fim, em relação à necessidade de trânsito em julgado, assim argumenta o recorrente (e-STJ fl. 179):

O acórdão do Tribunal a quo também está pendente de reforma por afronta à regra expressa do art. 475-N do CPC.

Assim dispõe o art. 475-N, II, do Código de Processo Civil:

Art. 475-N. São títulos executivos judiciais:

(...)

II - a sentença penal condenatória transitada em julgado;

A lei, portanto, determina que a sentença penal condenatória constitui título executivo judicial, apto a embasar processo de execução, desde que já tenha se operado seu trânsito em julgado, o que não foi comprovado pelo exequente.

Não havendo comprovação de referido trânsito em julgado, o título executivo não preenche todos os requisitos de certeza, liquidez e, especialmente, exigibilidade, sendo nula a execução.

O Tribunal a quo negou provimento à apelação tendo em vista que, data maxima venia, acidentalmente deixou de observar que a decisão de mérito que homologa transação penal faz coisa julgada, mas apenas coisa julgada formal ao invés de coisa julgada material e formal.

A decisão que homologa transação penal não faz coisa julgada material, mas gera coisa julgada formal, o que permanece como sendo requisito prévio essencial para a propositura da execução dos efeitos cíveis da sentença (cobrança de honorários), sendo indevido e equivocado o afastamento da exigência do art. 475-N, II do CPC.

Por tais motivos, deve ser dado provimento a este recurso para reformar a decisão recorrida e reconhecer a nulidade da execução tendo em vista não preencher todos os requisitos do art. 475-N, II do CPC (ausência de prova do trânsito em julgado – seja material e formal ou apenas formal – da decisão ora exequenda).

Contudo, tais argumentos, em especial o preenchimento dos requisitos do art. 475-N do CPC/1973, não foram analisados pela Corte de origem, que apenas afirmou que "não há que se falar em nulidade da execução, porquanto a sentença que homologa a transação penal e determina o arquivamento dos autos mostra-se suficiente para embasar a execução promovida pelo recorrido" (e-STJ fl. 138).

Carece, assim, o recurso, no ponto, do indispensável prequestionamento (Súmula 211 do STJ), eis que, no apelo nobre, não houve alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/1973 acerca do ponto.

Por outro lado, em relação aos honorários advocatícios, a jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, pois essa providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos, conforme se verifica do trecho abaixo transcrito (e-STJ fl. 139):

Com efeito, entendo que a remuneração do profissional que atua na causa deve ser digna, de forma a representar a valorização do trabalho desempenhado no processo. Sendo assim, a fixação da verba em valor ínfimo não condiz com a finalidade da lei processual, que é a de retribuir justa e dignamente os serviços prestados pelo advogado.

No caso em tela, considerando a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado pelo recorrido, entendo que se revelou razoável a quantia de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois) reais arbitrada pelo Juiz.

Dessarte, não configurada a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte, não se mostra possível a reforma dos honorários advocatícios pleiteada pela parte ora agravante.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Sem arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado n. 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator